

Intégr'ation

A voz dos cidadãos da CEDEAO | Informações bimestrais de integração regional publicadas com o apoio da OSIWA

OMC
Especial

13ª Conferência Ministerial (CM13)
da Organização Mundial do Comércio (OMC)
26 de fevereiro a 1 de março de 2024
Adnec Center (Abu Dhabi, Emirados Árabes Unidos)



ORGANIZACIÓN
MUNDIAL
DEL COMERCIO

Depois de participar em Bali (Indonésia) em 2013, Nairobi (Quênia) em 2015 e Buenos Aires em 2017, o Centro Africano de Comércio, Integração e Desenvolvimento (ENDA CACID), um ator experiente em negociações multilaterais há muitos anos, participou também na 13ª Conferência Ministerial da OMC, que teve lugar de 26 de feve-

reiro a 2 de março de 2024, em Abu Dhabi, Emirados Árabes Unidos.

Sob a presidência de S. E. Thani bin Ahmed Al Zeyoudi, Ministro de Estado do Comércio Externo dos Emirados Árabes Unidos, esta conferência foi a ocasião de examinar o funcionamento do sistema comercial multilateral e suas perspectivas.

Elementos de Contexto e desenrolar da Ministerial

Num contexto de recuperação económica mundial após o difícil e incerto

período da Covid-19, a 13ª Conferência Ministerial da OMC foi a ocasião para prosseguir as discussões já iniciadas em Genebra sobre numerosos assuntos e procurar convergências a fim de obter resultados conclusivos. Aberta na segunda-feira, 26 de Fevereiro, a sessão inaugural foi marcada por uma cerimónia sublinhando as adesões das Comores e de Timor-Leste à OMC, bem como a apresentação dos instrumentos de aceitação do acordo sobre as subvenções à pesca.

Dr Ngozi Okonjo-Iweala, Diretora Geral da OMC, falou para **lembrar os resultados da CM12, incentivando os membros a continuarem seus esforços em um espírito construtivo para chegar a um consenso sobre as questões essenciais.**





O primeiro dia foi também caracterizado por duas discussões ministeriais sobre «comércio e desenvolvimento sustentável» e «comércio e inclusão». Para o segundo dia do evento (27 de fevereiro), os chefes de delegação dos países entraram em ação, apresentando relatórios e participando das sessões de trabalho que ocorreram nos dois dias seguintes, abordando diferentes temas e realizando reuniões de convergência sobre os pontos de discussão. Convém igualmente recordar que a reunião dos chefes de delegação se realizava diariamente no final de cada dia. Foi decidido prolongar a Conferência por um dia, até 1 de Março, a fim de facilitar a obtenção de resultados sobre as principais questões examinadas. A cerimônia de encerramento foi realizada nas primeiras horas de 2 de março.

Como tem sido o caso há muito tempo, a ENDA CACID, com o apoio da União Europeia, participou ativamente deste importante encontro multilateral sobre questões relacionadas ao comércio. Membro da delegação do Senegal, conduzida pelo antigo Ministro do Comércio, do Consumo e das Pequenas e Médias Empresas, Abdou Karim Fofana, o CACID assistiu às ses-

S.E.M. Thani Bin Ahmed Al Zeyoudi, Ministro de Estado do Comércio Externo dos Emirados Árabes Unidos, que, após ter dado as boas-vindas a todas as delegações, **recordou o contributo da OMC para o desenvolvimento económico e a criação de emprego nos últimos trinta anos.**



sões de negociação e participou igualmente nas iniciativas da sociedade civil e num encontro entre a sociedade civil e o Diretor da OMC.

A ENDA CACID apresenta um dossier sobre os trabalhos da 13ª Conferência Ministerial, bem como os principais temas de discussão e os resultados alcançados.

A. SESSÃO DE ABERTURA

A cerimônia de abertura foi marcada pelos discursos do Presidente da Conferência, do Presidente do Conselho Geral e do Diretor-Geral da OMC. O discurso inaugural foi proferido pelo Presidente da 13ª Conferência Ministerial, **S. Exa. Thani Bin Ahmed Al Zeyoudi**, Ministro de Estado do Comércio Externo dos Emirados Árabes Unidos, que, após ter dado as boas-vindas a todas as delegações, recordou o contributo da OMC para o desenvolvimento económico e a criação de emprego nos últimos trinta anos.

No entanto, sublinhou que a OMC se encontra numa encruzilhada, confrontada com profundas transformações económicas e crises multiformes que afectam o mundo. É por isso que ele exortou os membros a adotar uma abordagem dinâmica para responder efetivamente a esses desafios.

Em seguida, a Presidente do Conselho Geral, órgão subsidiário da Conferên-



cia, **S. E. Athaliah Lesiba Molokomme**, Embaixadora do Botsuana, apresentou um relatório sobre as discussões realizadas na OMC desde a CM12 e congratulou-se com os progressos realizados, em especial a adopção, Em outubro de 2023, de uma decisão relativa ao acesso ao mercado isento de direitos aduaneiros e sem quotas para os PMD reclassificados. Em seguida, transmitiu oficialmente os resultados dos trabalhos realizados em Genebra para análise e ad opção pelos Ministros.

Por fim, **Ngozi Okonjo-Iweala**, Diretora Geral da OMC, falou para lembrar os resultados da CM12, incentivando os membros a continuarem seus esforços em um espírito construtivo para chegar a um consenso sobre as questões essenciais.

B. CONVERSÇÕES MINISTERIAIS

A Conferência Ministerial permitiu aos ministros trocar pontos de vista sobre o papel do comércio na resolução dos problemas actuais. Assim, debateram o tema **«comércio e desenvolvimento»** sustentável, abordando temas como a política comercial e industrial, a margem de manobra para promover o desenvolvimento industrial, bem como o comércio e a inclusão social.

Os membros reconheceram unanimemente a importância de ter em conta estas questões. Insistiram na urgência de concluir rapidamente os acordos, salientando a qualidade dos documentos consensuais já disponíveis sobre estas questões.

Nesta óptica, todas as delegações, conscientes da importância destas questões, manifestaram a sua vontade de prosseguir a reflexão em Genebra antes da próxima Conferência Ministerial.

No que se refere à questão «comércio e inclusão», alguns membros abordaram-na do ponto de vista económico,

nomeadamente através do empreendedorismo (para as mulheres, os jovens, as micro-empresas, as pequenas e médias empresas (MPGA)). Outros salientaram a necessidade de circunscrever e definir este conceito, a fim de evitar qualquer noção que não esteja em conformidade com os objectivos da OMC.

C. SÍNTESE DAS DISCUSSÕES TEMÁTICAS

As discussões tiveram lugar sobre as questões em curso de negociação



S.E. Mme Athaliah Lesiba Molokomme, Embaixadora do Botsuana, **apresentou um relatório sobre as discussões realizadas na OMC desde a CM12 e congratulou-se com os progressos realizados, em especial a adopção, Em outubro de 2023, de uma decisão relativa ao acesso ao mercado isento de direitos aduaneiros e sem quotas para os PMD reclassificados.**

com o objectivo de encontrar pontos de convergência. Estas reuniões foram precedidas de uma reunião informal destinada a apresentar o contexto aos Chefes de Delegação. Esta última tinha como objectivo permitir aos presidentes dos órgãos da OMC em funções em Genebra apresentarem aos ministros os seus respectivos relatórios sobre o estado das negociações. As questões tratadas diziam principalmente respeito à Declaração Ministerial de Abu Dhabi, às subvenções à pesca, à agricultura, aos aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados com o Comércio (TRIPS), à resolução de litígios, o comércio electrónico e o desenvolvimento.

1. SUBSÍDIOS À PESCA

Após o acordo obtido na CM12, os membros tiveram que prosseguir as negociações para adotar disciplinas completas sobre excesso de capacidade e sobrepesca. Caso contrário, o Acordo caducaria quatro anos após a sua entrada em vigor.

Deve-se notar que, após o depósito de seu instrumento de aceitação do Acordo sobre Subsídios à Pesca, as Filipinas acabaram de aumentar o número total de membros que aceitaram o Acordo para 70. Durante as negociações sobre esta temática, vários membros levantaram diferentes preocupações, nomeadamente:

- **Isenções para o sector da pesca artesanal, para que as comunidades locais de pescadores vulneráveis, que não contribuem para a sobrepesca em grande escala, não sejam negativamente afectadas pela supressão dos subsídios**
- **Clarificação e definição mais precisa do conceito de “pesca artesanal”**
- **Uma explicação pormenorizada sobre a forma como as isenções serão aplicadas**
- **Apoio a longo prazo ao reforço das capacidades dos Países Menos Desenvolvidos (PMD)** ▶



- **A necessidade de legislação nacional vinculativa**
- **A importância de preservar a sobrevivência das espécies marinhas a promoção da sustentabilidade, nomeadamente através da saúde dos oceanos e da sustentabilidade das unidades populacionais de peixes.**

Para além destas preocupações, é igualmente de notar que, em 2009, 40% dos países ACP assinalaram a presença de navios estrangeiros nas suas zonas marítimas. É essencial manter o limite de 200 milhas marítimas no artigo B4 e velar pelo respeito da soberania sobre as zonas económicas exclusivas. Os membros PMD também destacaram que o tratamento especial diferenciado (TSD) continua sendo um direito e não deve ser submetido a um teste de subordinação. As numerosas medidas de sustentabilidade afectam também os pescadores dos países em desenvolvimento. Falando em nome dos PMD, o Ministro do Comércio do Senegal reafirmou o empenhamento deste grupo na segunda fase das negociações e pediu a exclusão da pesca artesanal e da pesca em pequena escala das negociações.

Note-se, assim, que, aquando da CM13, as discussões não permitiram aplanar as divergências sobre as disposições adicionais. Os pontos de divergência diziam respeito às subvenções que contribuíam para a sobrecapacidade e para a sobrepesca, ao Tratamento Especial e Diferenciado (TSD), à notificação das subvenções não específicas ao combustível, às subvenções na zona económica exclusiva (ZEE) bem como a definição de pesca artesanal e de pesca em pequena escala, entre ou-



tros.

Apesar deste impasse, a maioria dos membros considera que o projecto de texto proposto pelo Presidente constitui uma boa base para prosseguir os trabalhos.

2. AGRICULTURA

Contrariamente às perguntas sobre a pesca, as questões sobre a agricultura continuam praticamente no ponto de partida. Os debates incidirão sobre o equilíbrio entre a especificidade das questões a tratar, os prazos e os resultados esperados, bem como as expectativas para os membros mais vulneráveis, em termos de eventual isenção das suas importações, restrições à exportação dos outros membros, bem como a problemática da armazenagem para fins de segurança alimentar.

Os membros dos Países Menos Desenvolvidos (PMD) declararam que qualquer proposta de redução dos benefícios e compromissos de Bali e Nairobi não pode ser considerada. O grupo dos PMD sublinhou igualmente a necessidade de obter uma indemnização na sequência das restrições às exportações. Ele enfatizou que essas restrições à exportação de alimentos representam uma ameaça à segurança alimentar.

Os membros saudaram igualmente o excelente trabalho realizado em Ge-

nebra e salientaram o projecto de texto revisto, que consideraram, apesar de tudo, um ponto de partida positivo. O facilitador das negociações sobre esta importante questão da agricultura considera crucial chegar a um acordo nesta CM13, após dois encontros perdidos. No entanto, ele observou que o método para chegar lá ainda suscita divergências. As divergências são, aliás, numerosas e os prazos reduzidos, o que torna a apresentação do projecto de texto prudente, sublinhando simultaneamente que o compromisso continua a ser indispensável.

A senhora Directora da OMC, sublinhando a necessidade de aprofundar os trabalhos para obter resultados, nota que é necessário, no entanto, apelar a um optimismo prudente. Sublinhou que seria decepcionante não o conseguir.

Se se esperava da Conferência respostas aos problemas colocados pelas políticas agrícolas, nomeadamente no que diz respeito às subvenções agrícolas a concorrência na exportação, o acesso aos mercados e as restrições às exportações alimentares, bem como a gestão das existências públicas, os resultados obtidos revelaram-se bastante mistos.

Os ministros não conseguiram encontrar pontos de convergência sobre as disciplinas relativas às polí-

Os membros da PMA também enfatizaram que o Tratamento Especial Diferenciado (TSD) continua sendo um direito e não deve ser sujeito a um teste de subordinação.

ticas agrícolas. No entanto, acordaram em prosseguir os trabalhos destinados a tornar os mercados mais equitativos e mais competitivos, tendo simultaneamente em conta preocupações como a segurança alimentar a favor dos Países Menos Desenvolvidos (PMD) e dos Países em Desenvolvimento (PED).

O Senegal fez uma declaração para insistir na necessidade de uma verdadeira reforma das políticas comerciais agrícolas a fim de permitir a redução das assimetrias existentes, dando prioridade às questões relativas à segurança alimentar e à resiliência.

3. E-COMMERCIO

É importante recordar que a Declaração sobre o Comércio Electrónico Mundial, adoptada na segunda Conferência Ministerial em Maio de 1998, apelava à criação de um programa de trabalho destinado a examinar todas as questões comerciais ligadas ao comércio electrónico mundial.

O principal desafio que se coloca ao comércio electrónico entre os membros é a manutenção ou não da moratória que consiste em não impor direitos aduaneiros sobre as transmissões electrónicas. Assim, os membros não conseguiram chegar a acordo sobre a questão, apesar dos esforços de convergência observados. Alguns países, como a África do Sul, opuseram-se à prorrogação da moratória.

No entanto, a maioria dos membros, incluindo o Senegal, era favorável à sua manutenção. Com efeito, o Senegal, considerando que não existe actualmente nenhum meio de cobrar os direitos aduaneiros sobre as transmissões electrónicas, apoia a revitalização dos trabalhos da OMC sobre esta questão, bem como a avaliação das perdas potenciais de

receitas aduaneiras induzidas pela moratória.

Finalmente, os Membros concordaram em revisar periodicamente o Programa de Trabalho de Comércio Electrónico para fazer recomendações para o CM14. Decidiram igualmente manter a prática de não impor direitos aduaneiros sobre as transmissões electrónicas até à próxima conferência.

4. REFORMA DO ÓRGÃO DE RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Os membros da OMC expressaram sua preocupação com o mecanismo de resolução de controvérsias que tem funcionado mal nos últimos anos devido ao bloqueio da nomeação de novos juizes para o Órgão de Apelação.

Na sequência das consultas conduzidas pelo facilitador, chegou-se a um compromisso que conduziu à adopção da decisão sobre a reforma do Órgão de Resolução de Litígios (ORL). Nesta decisão, os Ministros reconhecem a necessidade de mais trabalho

e exortam os responsáveis em Genebra a intensificar os seus esforços para alcançar um sistema de resolução de litígios plenamente operacional e acessível a todos durante 2024.

5. DESENVOLVIMENTO

A questão do desenvolvimento assumiu um lugar importante no seio da Organização Mundial do Comércio (OMC) com o objectivo de aumentar as oportunidades comerciais dos países em desenvolvimento e dos países menos desenvolvidos. É por isso que a dimensão do desenvolvimento foi largamente incluída nas discussões da CM13.

Com efeito, na décima segunda Conferência Ministerial (CM12), os Membros da OMC tinham reafirmado a sua vontade de abordar as disposições relativas ao TSD para os PED e os PMD que fazem parte integrante da OMC e dos seus Acordos. Tinham dado instruções no sentido de prosseguir os trabalhos destinados a melhorar a aplicação das disposições relativas ao tratamento especial e diferenciado e de dar conta dos progressos realizados ao Conselho Geral antes da CM13. ▶





Apesar dos esforços envidados pelos membros, não foi alcançado qualquer resultado sobre esta questão. Todavia, na Declaração Ministerial, os membros comprometeram-se a prosseguir os esforços para reforçar a aplicação das disposições relativas ao Tratamento Especial e Diferenciado (TSD) para os Países em Desenvolvimento (PED) e os Países Menos Avançados (PMD).

6. ACORDO SOBRE OS ASPECTOS DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL RELACIONADOS COM O COMÉRCIO

Relativamente a este ponto, os trabalhos do Conselho dos aspectos dos direitos de propriedade intelectual relacionados com o comércio (Conselho dos TRIPS) foram apresentados aos Ministros na CM13.

Estes últimos tomaram nota da aplicação da Decisão tomada na CM12 relativa à derrogação do Acordo TRIPS, para a produção de medicamentos e vacinas contra a Covid-19, decidiram prosseguir o trabalho de exame das queixas em situação de não-violação ou motivadas por outra situação no domínio dos TRIPS, a fim de fazer recomendações à Décima Quarta Conferência Ministerial.

D- DECLARAÇÃO MINISTERIAL DE ABU DHABI

As Conferências Ministeriais da OMC geralmente terminam com a adoção de uma declaração ministerial chamada documento final. Este último define as orientações dos trabalhos a empreender na OMC até à próxima conferência. Para esta reunião ministerial, convém notar que divergências importantes sobre certos pontos conduziram a um atraso de um dia na leitura da declaração final.



Satisfeito após a adoção de uma declaração final.

Verificaram-se divergências sobre certos assuntos, nomeadamente no que se refere à proposta de integração de novos elementos no texto que não foi unânime. Trata-se das questões novas, como o comércio e o desenvolvimento sustentável, bem como o comércio e a inclusão, mas também dos aspectos ligados à ajuda ao comércio, entre outros. No entanto, foram alcançadas

No entanto, na sequência das consultas, foram alcançadas melhorias e compromissos em vários pontos. Isso permitiu a adoção bem-sucedida da Declaração Ministerial de Abu Dhabi na Cerimônia de Encerramento da CM13.

E. RESULTADOS DA CM13

Após intensas sessões de negociação, os membros da OMC concluíram com êxito a CM13, ad optando várias decisões e declarações, a saber:

1. o documento final dito declaração ministerial de Abu Dhabi, que traduz o empenho dos membros em reforçar o sistema comercial multilateral;
2. a decisão ministerial sobre a

reforma da resolução de litígios;

3. a decisão ministerial sobre as medidas destinadas a facilitar a saída harmoniosa da categoria dos países menos avançados por um período de três (3) anos;

4. a decisão ministerial que reafirma o compromisso a favor do programa de trabalho sobre as pequenas economias;

5. a decisão relativa ao Programa de Trabalho sobre Comércio Electrónico tendo em vista formular recomendações de acção e manter a moratória até à 14.ª sessão da Conferência Ministerial (MC14);

6. a decisão que prorroga a moratória sobre as denúncias em situação de não violação do Acordo TRIPS até à CM14;

7. a decisão ministerial sobre a reforma da resolução de litígios;

8. A declaração sobre a aplicação precisa, eficaz e operacional das disposições do Acordo sobre a aplicação das medidas sanitárias e fitossanitárias e do Acordo sobre os Obstáculos Técnicos ao Comércio relativas ao tratamento especial e diferenciado;

9. a declaração sobre o reforço da

cooperação em matéria de regulamentação com vista a reduzir os obstáculos técnicos ao comércio.

A CM13 foi também a ocasião para apresentar os resultados das discussões plurilaterais que marcam a entrada em vigor de novas disciplinas no âmbito da regulamentação interna dos serviços. Além disso, iniciativas ambientais como a poluição por plásticos, a sustentabilidade ambiental e a reforma dos subsídios aos combustíveis fósseis na OMC também foram expostas aos membros participantes.

Além disso, na véspera da CM13, cento e vinte e três (123) membros da OMC publicaram uma declaração ministerial conjunta anunciando a finalização do **Acordo sobre Facilitação de**

Investimentos para o Desenvolvimento (FID) e o tornaram público.

F. CERIMÔNIA DE ENCERRAMENTO

Na cerimônia de encerramento, os ministros adotaram oficialmente o pacote de Abu Dhabi, reunindo todos os resultados da CM13.

O Presidente da CM13 agradeceu a todos os membros pelos esforços feitos para alcançar resultados satisfatórios. No entanto, não deixou de salientar os desacordos persistentes sobre certos textos que se revestem de uma importância capital para muitos membros. Por esse motivo, incentivou os membros a prosseguir os trabalhos em Genebra com vista à obtenção de soluções

construtivas.

A Directora-Geral da OMC, Dr Okonjo-Iweala, por seu lado, afirmou também a sua satisfação com o bom comportamento da CM13, marcada sobretudo pela adesão à OMC das **Comores e de Timor-Leste**. Exortou os membros a capitalizarem os progressos realizados com vista a obter resultados concretos sobre as questões pendentes. Convidou também os Membros a redobram os seus esforços para revitalizar o sistema comercial multilateral, num contexto económico e geopolítico incerto. ■

► **Resumo: ENDA CACID**
(em parceria com a União Europeia de Abu Dhabi)

Depois de mais de três décadas, mais de 120 países uniram-se em torno de uma visão comum: Transformar o mundo através do Comércio. Inspirados pelas fundações colocadas em Brettons woods durante a Segunda Guerra Mundial, Meio século depois, depois dos anos de difíceis negociações na Ronda do Urugay, os países reuniram-se em Marraquexe e reinventaram um sistema comercial multilateral. Assim, o Acordo de Marraquexe que institui a Organização Mundial do Comércio foi assinado em 15 de Abril de 1994, o que deu origem à OMC em 1 de Janeiro de 1995.

"À margem do 30º aniversário da assinatura do Acordo de Marraquexe, a ENDA CACID traça os momentos-chave que marcaram as negociações comerciais multilaterais.

1994

Abril - Assinatura do Acordo de Marraquexe que institui a Organização Mundial do Comércio.

1995

1 de janeiro - A OMC entra em funcionamento.

Mai - Renato Ruggiero (Itália) torna-se Diretor-Geral da OMC.

1996

Dezembro - Primeira Conferência Ministerial da OMC em Singapura.

1997

Dezembro - Entrada em vigor do Acordo sobre as Tecnologias da Informação (ATI), que reduz substancialmente os direitos aduaneiros sobre os produtos informáticos.

1998

Mai - A segunda Conferência Ministerial em Genebra assinala os 50 anos do GATT.

1999

Setembro - Mike Moore (Nova Zelândia) torna-se Diretor-Geral da OMC.

Novembro - A terceira Conferência Ministerial, realizada em Seattle (Estados Unidos), termina com a suspensão das negociações, num contexto de manifestações públicas.

2000

Janeiro - Início das negociações sobre os serviços.

Março - Início das negociações sobre a agricultura.

2001

Novembro - A quarta conferência ministerial, realizada em Doha (Qatar), marca o lançamento de uma nova série de negociações comerciais conhecida como a Agenda de Desenvolvimento de Doha.

A China torna-se o 143º membro da OMC.

2002

Setembro - Supachai Panitchpakdi (Tailândia) é eleito Diretor-Geral da OMC. 2003.

2003

Setembro - A quinta Conferência Ministerial, realizada em Cancún (México), acolhe o Camboja e o Nepal como os primeiros países menos desenvolvidos a aderir à OMC desde a sua criação.



2004

Julho - Conselho Geral aprova “Quadro de Julho de 2004” para avançar nas negociações da Rodada de Doha.

2005

Setembro - Pascal Lamy (França) torna-se Diretor-Geral da OMC.

Dezembro - A sexta Conferência Ministerial, realizada em Hong Kong, China, assinala o lançamento da iniciativa “Ajuda ao Comércio”.

2006

Setembro - Realiza-se em Genebra o primeiro Fórum Público da OMC.

2007

Novembro - Realiza-se em Genebra a primeira análise global da ajuda ao comércio.

2008

Julho - Uma reunião ministerial em Genebra tenta dar um passo importante para a conclusão da Ronda de Doha.

2009

Abril - O Diretor-Geral Pascal Lamy é reeleito para um segundo mandato de quatro anos.

Setembro - Primeiro Dia Aberto da OMC em Genebra.

2010

Janeiro - Lançamento do “WTO Chairs Programme” para apoiar o trabalho das universidades das economias em desenvolvimento no domínio do comércio.

2011

Dezembro - Alargamento do Acordo sobre Contratos Públicos acordado na Oitava Conferência Ministerial, realizada em Genebra.

2012

Novembro - Assinatura de um acordo histórico que põe termo ao litígio de 20 anos sobre a banana entre a UE e a América Latina, o litígio mais longo da história da OMC.

2013

Setembro - Roberto Azevêdo (Brasil) torna-se Diretor-Geral da OMC.

Dezembro - A nona Conferência Ministerial, realizada em Bali (Indonésia), marca a conclusão das negociações de um acordo histórico, o Acordo de Facilitação do Comércio (AFC).

2014

Abril - O Acordo revisto da OMC sobre Contratos Públicos (ACP) entra em vigor, abrindo novos mercados.

2015

Dezembro - A décima Conferência Ministerial adopta o “pacote de Nairobi”, que prevê a eliminação dos subsídios à exportação de produtos agrícolas e a extensão do ATI.

2016

Novembro - Centésima sessão do Comité de Comércio e Desenvolvimento.

2017

Janeiro - Entrada em vigor da alteração do Acordo TRIPS que facilita o acesso aos medicamentos.

Fevereiro - Entrada em vigor do Acordo de Facilitação do Comércio.

Setembro - Roberto Azevêdo inicia o seu segundo mandato como Diretor-Geral da OMC.

Dezembro - A Décima Primeira Conferência Ministerial, realizada em Buenos Aires, Argentina, marca o lançamento de negociações em novos domínios.

2018

Janeiro - A OMC e a ONU Ambiente lançam um novo diálogo sobre a utilização do comércio para apoiar o crescimento verde.

2019

Outubro - LA OMC acolhe o lançamento do Dia Mundial do Algodão, destacando o papel central do algodão nas economias em desenvolvimento.

2020

Março - A OMC lança um portal Web sobre a COVID-19 e o comércio mundial.

2021

Fevereiro - O Dr. Ngozi Okonjo-Iweala torna-se o primeiro africano e a primeira mulher a ser nomeado Diretor-Geral da OMC.

2022

Junho - A décima segunda Conferência Ministerial alcança um conjunto de resultados sem precedentes, incluindo um acordo histórico sobre os subsídios à pesca.

Dezembro - Realiza-se na OMC o primeiro Congresso Mundial sobre Comércio e Igualdade de Género.

2023

Janeiro - A Suíça é o primeiro membro da OMC a aceitar formalmente o novo Acordo sobre os Subsídios à Pesca.

Dezembro - A OMC organiza, juntamente com outras organizações, o primeiro “Dia do Comércio” no âmbito da COP28 no Dubai.

2024

Fevereiro-Março - A décima terceira Conferência Ministerial dá origem a um conjunto de decisões sobre vários temas e a um compromisso de prosseguir os debates.

**Centro Africano para o Comércio,
a Integração e o Desenvolvimento
(ENDA CACID)**

Dacar - 73, Rue Carnot
PA: 6879 (Dakar-Etoile)
Tel. : +221 33 821 70 37
Email: info@endacacid.org
Site: www.endacacid.org

DIRECTOR DA PUBLICAÇÃO: Souleymane BARRO
RESPONSÁVEL DE PROJECTO: Mounirou Alioune KANE
COORDENADOR: Awa DIONE
PROJECTO: ABK

**Publicação de informações de integração
regional publicado com o apoio da OSIWA**

OPEN SOCIETY
Initiative for West Africa